

A situação dos professores contratados e desempregados é difícil e precisa de intervenção e luta político-sindical.

O professor contratado é um desempregado em potência: é precário, é fragilizado e sem futuro à vista, pois vê-se enredado em manigâncias como a norma-travão e a PACC, que visam eliminá-lo, diminuí-lo, humilhá-lo e virar a opinião pública contra si (veja-se o caso dos erros ortográficos tratado à exaustão por Nuno Crato e Comunicação Social).

O professor contratado é constantemente desconsiderado, mesmo sabendo-se que é uma peça fundamental do sistema: é chamado a qualquer altura do ano letivo, mas não lhe dão o devido valor, já que se espera que tenha o mesmo desempenho e conhecimento de alunos, colegas e documentos, sem no entanto ter o devido acompanhamento por parte da organização (o acolhimento dos professores contratados quando chegam à escola precisa ser modificado).

O professor contratado desempregado tem sido ainda mais desconsiderado, já que os seus direitos fundamentais estão a ser diminuídos, ou até extintos, como é o caso da atribuição do subsídio de desemprego. Neste momento, um professor com horário incompleto, mesmo que trabalhe os trinta dias do mês, vê a contabilização do tempo de acordo com o somatório das horas trabalhadas e não os dias, o que faz que trinta dias de trabalho possam corresponder a dez ou onze dias “efetivos” na segurança social, impedindo qualquer pretensão ou direitos à atribuição do subsídio de desemprego. Esta situação promove a perda de rendimento, ficando assim sujeito às investidas da exploração fácil por quem se quer aproveitar da situação, o que lhes retira a dignidade, enquanto professores, e à nossa classe profissional enquanto um todo coeso.

Então, valorizar a profissão é também exigir a dignidade profissional dos professores contratados e desempregados. E para combater este flagelo que afasta ainda mais colegas da profissão e promove a divisão entre “uns” e “outros”, temos de exigir junto do Ministério da Segurança Social, do Ministério da Educação e do Ministério das Finanças, a clarificação da ambiguidade legal que impede os professores de aceder ao subsídio de desemprego quando está em horário incompleto. Temos de exigir a reposição das regras de atribuição do subsídio de desemprego a todos os professores, pois somos uma classe profissional regulada por um estatuto que lhe confere deveres diferentes dos restantes, logo, também temos de ter regras que respeitem essa diferença. Temos de exigir a implementação de um concurso único nacional pela lista graduada, a colocação ao longo de todo o ano letivo pela reserva de recrutamento e o apuramento real das vagas em cada ano escolar. Temos de exigir que a escola pública seja pública, afastando as práticas privadas concorrenciais, já que a escola pública visa a inclusão e a escola privada o lucro, o que leva a uma maior precariedade dos professores contratados e desempregados.